



ALESSANDRO MAGNO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL,
PRESIDENTE DO IPL Nº _____

ROBERT RIOS MAGALHÃES, brasileiro, divorciado, aposentado, portador do RG 215.140/PI, inscrito no CPF, sob o nº 133.841.393-72, residente e domiciliado na Rua João Damasceno, 2880, Ininga, Teresina/PI, vem, à r. presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu procurador e advogado, expor e requerer o que segue:

A utilização das mais variadas plataformas livremente disponíveis na *internet*, notadamente as redes sociais e aplicativos de mensageria (em especial o **whatsapp**), facilita a prática de crimes cometidos no ambiente real.

Foi exatamente o que fez o representante (Senador Ciro Nogueira), ao utilizar-se do aplicativo **whatsapp** para atacar a dignidade e a reputação do Dr. ROBERT RIOS MAGALHÃES, como se vê das capturas de tela (**screenshots**) anexas.

Antigamente, os delitos contra a honra eram executados, verbalmente ou por escrito. Atualmente, e-mails, redes sociais, serviços de mensageria e aplicativos com anonimato são ofertados, de forma gratuita, como ferramentas para atacar a honra subjetiva e/ou objetiva de terceiro.

No caso concreto, a análise pericial dos aparelhos celulares do Senador CIRO NOGUEIRA, em especial daqueles em que estavam ou estão instalados o aplicativo **whatsapp** e outros aplicativos de mensageria, é que se poderá comprovar que ROBERT RIOS **não** praticou qualquer crime contra a “honra” do tal Senador ou que apenas **reagiu à reprovável provocação sua ou retorquiu, de forma imediata, às injúrias de CIRO NOGUEIRA.**



ALESSANDRO MAGNO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nessas circunstâncias, cumpre requerer a V. Exa. que requirite do representante a apresentação de todos os seus aparelhos celulares, para que sejam submetidos à perícia, a fim de se confirmar as ofensas por ele perpetradas contra o representado.

Negando-se o representante a entregar os aparelhos celulares, requer seja representado à autoridade judicial competente pela concessão da busca e apreensão dos dispositivos e pela quebra do sigilo telefônico e de dados, de toda e qualquer linha telefônica cadastrada no CPF do Senador CIRO NOGUEIRA, inclusive, com emissão de bilhetagem reversa e localização de ERBs.

Requer, ainda, que V. Exa., represente autoridade judiciária competente pela obtenção da quebra de sigilo telemático do Senador CIRO NOGUEIRA (art. 22, do Marco Civil da Internet), tudo a fim de comprovar que o representado não praticou crime nenhum.

Redes sociais e aplicativos de mensagens não podem ser transformados em paraísos cibernéticos.

A investigação policial não deve ser inviabilizada diante desse novo cenário. As evidências se encontram, agora, em meio cibernético e, para alcançá-las, a concessão de ordens judiciais pelo poder judiciário de quebra de sigilos telefônicos, de dados e telemático se apresenta essencial nesse mister.

Pede deferimento.

Teresina/PI 07, de agosto de 2019.

ALESSANDRO MAGNO DE SANTIAGO FERREIRA
OAB/PI – 2.961